

Desempenho acima do esperado no Programa Judiciário Eficiente

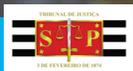
JUSTIÇA

A memória que o TJ guarda

Gestão documental preserva a memória paulista e também promove o descarte seguro de documentos

Magistrados homenageiam as “arcadas” do Largo São Francisco

Numopede: auxílio na gestão da Justiça





3 *Editorial*

4 *Capa*

A memória que o TJ guarda

Coordenadoria de Gestão Documental preserva e promove descarte seguro de processos

12 *Acontece*

Os bons resultados do Judiciário Eficiente

1066 unidades receberam os selos ouro, prata e bronze, superando expectativas

Há razões para acreditar

Campanha do TJSP busca diálogo mais próximo com o cidadão

18 *Bem-estar*

19 *Perfil*

Justiça nas veias

Juíza da 1ª Vara Cível de Jaú ocupa o mesmo cargo exercido pelo pai

22 *Como funciona*

Numopede: auxílio na gestão da Justiça paulista

Iniciativa analisa fenômenos como demandas repetitivas e grandes litigantes

24 *Justiça*

Poema do desembargador Luiz Augusto de Salles Vieira

26 *Memória*

Arcadas: 190 anos formando a Justiça brasileira

Magistrados do TJSP homenageiam a Faculdade de Direito da USP

33 *Leitura Jurídica*

34 *Imagens*

Amar o perdido
deixa confundido
este coração.

Nada pode o olvido
contra o sem sentido
apelo do Não.

As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão.

Mas as coisas findas,
muito mais que lindas,
essas ficarão.

Carlos Drummond de Andrade evoca em sua poesia uma das capacidades humanas mais extraordinárias, a ponto de lhe atribuir o título: *Memória*. É por meio dela que consolidamos e recuperamos, dia após dia, toda a informação que aprendemos e que dão forma à nossa biografia. É também por meio dela que nos permitimos conversar com nosso passado e dar continuidade ao nosso presente. Ela vem acompanhada do esquecimento, nossa habilidade para filtrar aquilo que ainda nos é importante e que pode ser selecionado e adaptado para os nossos desafios hodiernos.

A memória enquanto processo de informação vai além da esfera subjetiva, alcançando também as instituições humanas. É por meio da coleção e seleção de memórias pessoais daqueles que a edificaram que somos capazes de construir a história de uma instituição. Muitas dessas memórias estão reificadas em objetos, edifícios e documentos, o que torna mais simples o

armazenamento e recuperação das informações. Mas se a memória individual vem acompanhada do esquecimento, também a memória institucional deverá passar por este filtro, para que sejamos capazes de preservar a sua essência e abrir espaço para novas experiências.

No Tribunal de Justiça, o filtro da memória institucional é realizado pela Coordenadoria de Gestão Documental, que tem como objeto de maior volume os processos judiciais. É por meio do olhar de seus engajados funcionários e estagiários que podemos selecionar e guardar os documentos que nos permitem descrever, retratar pessoas, costumes, relações econômicas, crenças e valores de várias épocas e momentos históricos.

Por meio de seu trabalho, nos tornamos capazes de observar como o Tribunal de Justiça pode crescer ao longo de seus quase cento e cinquenta anos de existência, qual foi a dinâmica dos fatos e como eles foram interpretados, segundo a

moral e o costume de cada tempo. A cada descoberta desta equipe, o Tribunal de Justiça se reconhece como o maior Tribunal do planeta, capaz de preservar o seu passado para reconstruir seu futuro por meio de seus documentos.

Mas este processo da memória também pode vir do institucional para o individual. Prova disso é a Dra. Paula Maria Castro Ribeiro Bressan que, imbuída de suas memórias de infância, nas brincadeiras das dependências do Fórum de Jaú ao lado do pai, Pedro Barbosa Ribeiro, seguiu sua convicção inata pela carreira da magistratura.

E um exemplo de que nossas memórias institucionais nos permitem desenvolver novas soluções para as dificuldades do cotidiano estão aqui representadas nesta edição pela coleção de bons resultados do Programa Judiciário Eficiente, bem como das análises promovidas pelo NUMOPEDE, que tem resultado na divulgação de boas práticas relativas ao controle e monitoramento de litígios, o que só seria possível com o amplo conhecimento do conteúdo dos nossos processos.

Parte da memória de nossa instituição está profundamente unida à da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, berço dos cursos jurídicos do país e abrigo de tantas mentes que compuseram as fileiras da magistratura paulista. Aqui rendemos nossa singela homenagem, contada por meio das memórias que fazem parte da nossa história e daquilo que somos hoje.

Forte abraço,

**PAULO DIMAS DE BELLIS
MASCARETTI**
Presidente do TJSP



Texto: Dicler Antonio
Fotos: Ricardo Lou

Gestão documental é uma ciência voltada, exclusivamente, para a conservação. Mas para conservar, você precisa eliminar. Aquele que guarda tudo, não guarda nada. Por isso, os órgãos públicos estão mudando a postura de acumulador pela de gestor de documentos e utilizam ferramentas sistêmicas de arquivo e de conservação. Estatísticas apontam que entre

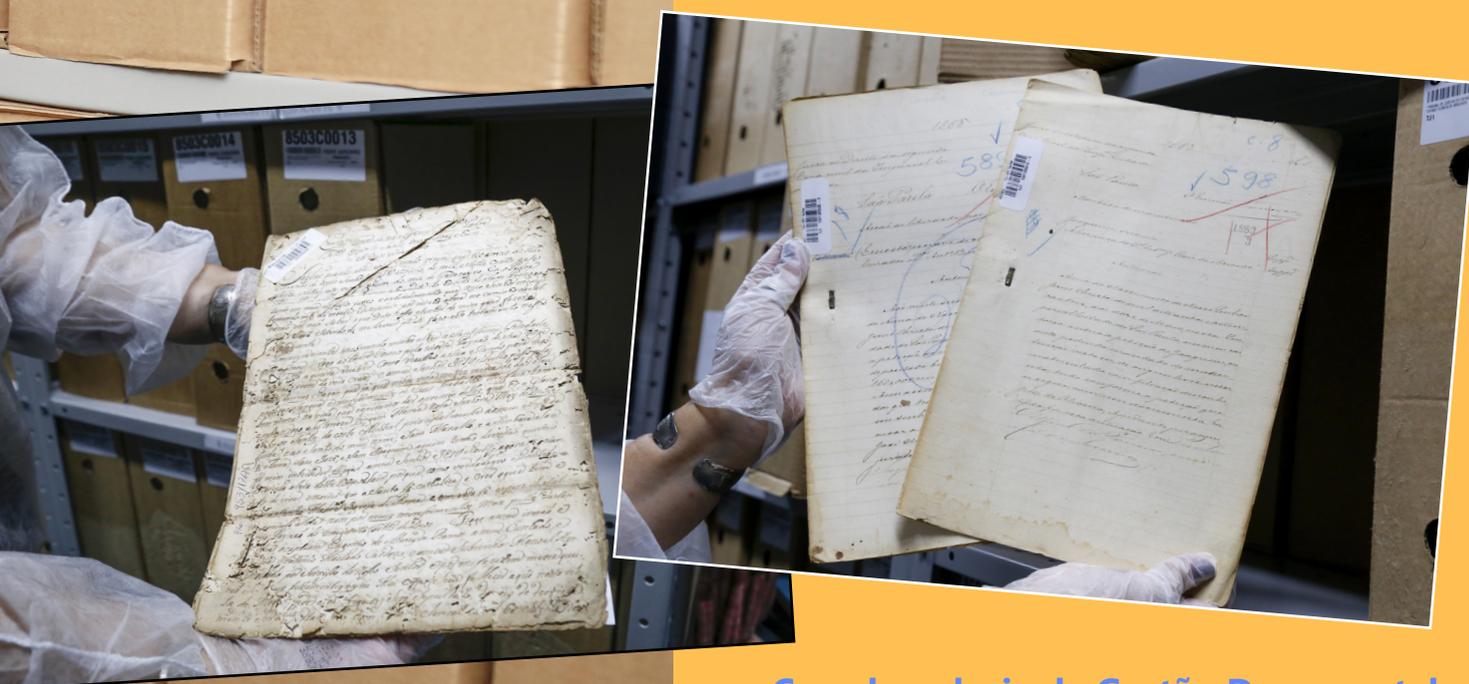
2% e 5% dos documentos arquivados em instituições públicas merecem a guarda permanente. O restante do acervo é formado por documentos repetitivos, que podem ser eliminados.

O Tribunal de Justiça de São Paulo sempre contou com ótima estrutura para a guarda de documentos e processos. Contudo, os primeiros estudos relativos ao aprimoramento da gestão documental começaram

quando foi criada a Secretaria da Primeira Instância (SPI), em 2007, pois já havia um reclamo da sociedade para não se guardar documentos por tempo indeterminado, já que a logística usada para tal é cara e complexa.

Nessa época, a gestão documental era uma unidade pertencente à Coordenadoria de Arquivos. Em 2009, foi publicada a Resolução 483/09 e instituído o Programa de

Preservando a memória de um povo



Coordenadoria de Gestão Documental preserva documentos que contam a história de São Paulo e do Judiciário, além de promover o descarte seguro de processos

Gestão de Documentos Arquivísticos do Tribunal de Justiça. Esse programa desenhou a concepção técnica de como o trabalho de gestão documental deveria ser feito no âmbito do Tribunal. Nesse mesmo período, o TJSP teve acento no Programa Nacional de Gestão Documental e Preservação da Memória do Judiciário (Proname), criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em 2011, foi criada a SPI 2.1 – Coordenadoria de Gestão Documental, separando o setor da Coordenadoria de Arquivos. Nesse mesmo ano, o CNJ concluiu os trabalhos do Proname, criando um padrão mínimo a ser implantado em nível nacional. O TJSP adaptou o trabalho que já vinha sendo feito às novas recomendações do CNJ e editou a Resolução 637/13, que normatiza os trabalhos

de gestão documental. Dessa forma, está assegurada, no âmbito do Judiciário paulista, a gestão, proteção, classificação, avaliação, destinação, guarda, preservação e acesso aos documentos institucionais, produzidos no exercício das funções jurisdicionais e administrativas do Tribunal.

A atuação da Coordenadoria de Gestão Documental consiste em selecionar e descartar processos,

empreendendo “olhar histórico” para recolhimento de documentos com essas características, além de selecionar para guarda permanente os documentos já determinados por lei. A coordenadoria conta com 55 estagiários de Direito e História – alunos da Uninove, Unifesp, FMU, Faculdades Sumaré, São Judas e Anhanguera – e seis funcionários do Tribunal. Os estudantes de História auxiliam na visão histórica sobre o processo, identificando se os autos guardam alguma relevância nessa área. Os estudantes de Direito fazem o mesmo, mas sobre a ótica jurídica, verificando também se há algum impedimento jurídico para sua eliminação.

A Coordenadoria de Gestão Documental é vinculada à Comissão Gestora de Arquivo, Memória e Gestão Documental (CGAMGD), que é composta pelo desembargador Eutálio José Porto Oliveira, como presidente, e os juízes Fernando Figueiredo Bartoletti, Mario Sérgio Leite e Samuel Karasin, e à Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD), composta pelos juízes Dora Aparecida Martins de Moraes e Samuel Karasin; e pelos funcionários Fábio Pacheco Dutra, Ângela Margarete Caniato, Luis Antonio Damasceno da Silva, Roseli Neimanas, Ana Lucia Del Vecchio de Souza, Zulene Picanço da Silva Galvão e Tathyana Dalmaso Félix.

Em 2016, a SPI estabeleceu um “corte cronológico” e determinou que se fizesse guarda permanente de todos os processos e documentos produzidos, recolhidos ou recebidos pelo Tribunal datados até 31/12/1940, tendo em vista a preservação da história e da memória da instituição e da própria sociedade. Porém, independente do corte cronológico, há vários processos cujas classes ou assuntos possuem determinação legal para guarda permanente, conforme normatização do CNJ. Fazem parte dessa lista todos os processos de Direito Penal, improbidade administrativa, criação e instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), privatizações,

desapropriações, propriedade intelectual, bens de família, preconceito de raça ou cor, adoção de criança, atos normativos, registros e contratos do Tribunal, entre outros. Também todos os processos que contêm súmulas de julgamento são de guarda permanente, pois trazem entendimento das decisões do Tribunal, que somadas, mostram a alteração de decisões e posturas jurídicas ao longo do tempo.

Guarda

Toda documentação selecionada pelo corte cronológico, assim como a definida para guarda permanente pelo CNJ, está recolhida em local próprio, sob responsabilidade da Coordenadoria de Gestão Documental. Os processos são arquivados pela coordenadoria em locais adequados em relação à luz, temperatura e humidade.



Processos separados para descarte serão transformados em aparas de papel

“O Tribunal está muito preocupado naquilo que tem que preservar. Para isso, ele deve selecionar documentos e, dentro da seleção, fazer eliminação. O foco é a preservação do documento importante para, sobretudo, manter a identidade da Instituição. Assim, ele será útil às gerações futuras, como forma de manifestação cultural e histórica. Somos o maior Tribunal do mundo, com o maior acervo. Temos documentos de valor inestimável. O custo para sua conservação não pode ser medido em dinheiro, mas sim em riqueza imaterial,” afirma a coordenadora da Coordenadoria de Gestão Documental (SPI 2.1), Ângela Margarete Caniato.

Além disso, existe a Reserva Técnica, local onde são guardados documentos que contenham informação destacadamente relevante ou alto valor institucional. São selecionados processos históricos de grande relevância. Trata-se de iniciativa desenvolvida pelas instituições para demonstrar que a atuação do órgão tem uma abrangência histórica, social e cultural muito maior do que o mero escopo normativo do trabalho. Na Reserva Técnica do Tribunal, existem documentos referentes à elite cafeeira do século XIX, à Revolução de 1924, à Revolução de 1932, ao Esquadrão da Morte, primeira cirurgia de mudança de

sexo no Brasil, crimes famosos etc, que descrevem e retratam pessoas, personagens, patrimônios, relações econômicas, costumes, objetos, crenças e valores de várias épocas e momentos históricos.

Hoje, graças às análises de processos feitas pela gestão documental, também temos uma série de informações sobre a atividade jurídica através do tempo. Vemos como os magistrados e funcionários trabalhavam nas décadas de 40 ou 60; como era a dinâmica do trabalho ou a interpretação dos fatos segundo a moral e os costumes vigentes.

“Até o momento, o trabalho de gestão documental do Tribunal selecionou em torno de 100 documentações que possuem no polo ativo ou passivo, celebridades, políticos e pessoas de vulto histórico ou a ação tem relação com planos

econômicos, ou discute sobre meios de transporte, planos de saúde, máfia do Detran SP etc. Esses processos foram preservados embora tenham alcançado todos os cumprimentos judiciais e administrativos que autorizam sua eliminação. Este é o aspecto que ressalta a função de preservar informações e documentos importantes e que ancora os trabalhos de gestão documental, pois a eliminação de processos não é o fim exclusivo a que se destina,” diz Ângela Caniato.

Ao longo dos anos, o Tribunal cedeu alguns documentos de natureza histórica para instituições e universidades. Tais documentos também estão retornando, paulatinamente, para a guarda do Tribunal, por meio de trabalho da coordenadoria.

Qualquer pessoa pode efetuar trabalhos de pesquisa em processos da guarda permanente do Tribunal. Para isso, deve se cadastrar e justificar o motivo e o tema da pesquisa. A pessoa, ao manusear os documentos, receberá equipamentos necessários

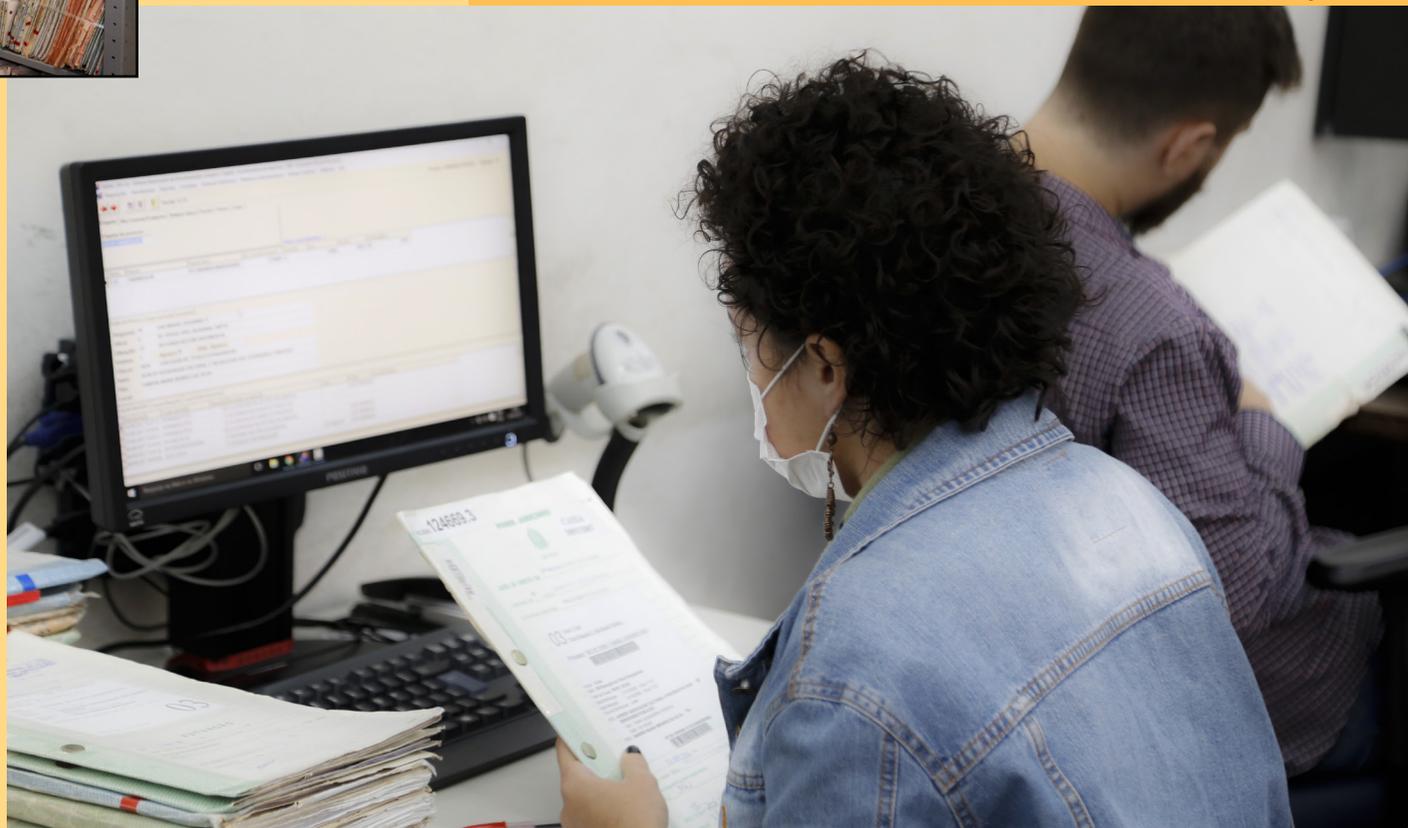
(óculos de proteção, luvas, máscara e avental), que servem não só para proteção do pesquisador, mas para preservação dos documentos.

Descarte

Para todos os processos datados a partir de 1941, existem procedimentos para seleção e descarte, contanto que constem no cadastro do Sistema de Gerenciamento de Documentação e Arquivo. São elaborados filtros de pesquisa, elencando lotes de processos, separados pelo assunto e temporalidade vencida para aquele caso (exemplo: selecionar um lote com todos os processos de Execuções Fiscais com a temporalidade já vencida para esse assunto – cinco anos após a baixa para arquivamento – e executar a seleção, desarquivamento e descarte para eliminação).

A equipe de avaliação documental, que atua na Seção de Avaliação e Classificação Documental, é dividida em quatro grupos de trabalho. O primeiro grupo prepara as requisições de

Checagem para verificar se um processo pode ser eliminado é feita de forma detalhada, folha por folha



documentos do Arquivo do Tribunal remetidos à coordenadoria (cerca de 500 processos por dia), e processa o recebimento dos mesmos, confirmando a baixa no sistema e providenciando a retirada de extinção. Caso haja alguma pendência, ou ausência de baixa, o processo é devolvido ao arquivo. Os que estão extintos seguem para avaliação.

O segundo grupo lê processo por processo, analisando-o do ponto de vista jurídico. A checagem efetuada para verificar se um processo ou documento pode ser encaminhado para eliminação é feita de forma manual, folha por folha. É analisado se o processo apresenta condições jurídicas para seu descarte (confirmação de temporalidade, ausência de pagamentos pendentes etc.) e se todas as anotações administrativas foram realizadas (baixa no sistema etc.). Também é verificado se o processo possui um valor informativo relevante (histórico, jurídico, institucional etc.).

O terceiro grupo recebe os processos que foram retirados do lote, tendo em vista sua possível relevância informativa, para uma análise mais apurada, fazendo, em seguida, um relatório detalhado sobre a questão, caso o processo, de fato, siga para confirmação de sua inclusão na guarda permanente. Há, nessa equipe de avaliação, um estagiário que possui treinamento em paleografia (estudo das formas de escrita, decifração e interpretação, muito útil na leitura de documentos e processos manuscritos). Em caso afirmativo, é feito relatório destacando os motivos pelos quais ele não deve ser eliminado, e o processo é encaminhado à Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) que dará o aval final para a guarda permanente ou o descarte. A CGAMGD, composta por magistrados e presidida pelo desembargador Eutálio José Porto Oliveira, também pode opinar pela preservação ou eliminação do documento.

O quarto grupo faz a conferência do cadastro dos processos que serão eliminados e verifica, novamente, se o processo cumpriu sua temporalidade.

Atualmente, estão sendo analisados para descarte processos de execução de títulos extrajudiciais, no período de 1941 a 2009. No ano de 2016, foram eliminados processos de despejo por falta de pagamentos. "Ao definir o trabalho, atuando em grupos de processos por assunto, facilita-se o trabalho dos estagiários, que se familiarizam mais rapidamente com um rito único processual," afirma a chefe do Serviço de Avaliação e Classificação Documental, Zulene Picanco da Silva Galvão.

Joaquim, estagiário que cursa o 3º ano de História da Unifesp, diz que o trabalho de gestão documental é importantíssimo, tanto para produção do conhecimento acadêmico quanto para a sociedade civil. "Coloco na prática o que aprendo na universidade. Estou aqui há dois meses e já encontrei um processo que possui relevância histórica, relativo ao 'Plano Verão', pacote econômico implantado pelo governo federal na década de 80."

Os processos destinados ao descarte são cadastrados em banco de dados da coordenadoria, com registro de seus conteúdos e detalhamento das partes, para que seja possível uma futura expedição de certidão quanto a sua existência durante determinado período no âmbito da Justiça.

Quando do descarte, é publicado edital informando à sociedade os processos que serão eliminados. No prazo de 45 dias, as partes integrantes de cada processo, advogados, promotores ou qualquer pessoa pode solicitar a guarda de um ou mais processos que constem da lista e, em caso de mais de um pedido para cada processo,



Na primeira foto, local de trabalho da equipe de avaliação documental

pode-se fornecer cópias dos mesmos. Até o mês de maio, foram publicados 13 editais. Em todos eles, houve pessoas que solicitaram guardas de processos.

Os processos são eliminados por uma empresa terceirizada – sob supervisão de funcionários do Tribunal – transformados e reciclados em aparas de papel, para não impactar o meio ambiente, obedecendo aos critérios determinados pela legislação vigente. O Tribunal descartou, no ano de 2015, mais de 20 mil processos em papel. Entre 2016 e 2017, estima-se descartar mais 47 mil processos, aproximadamente.



Abaixo, a fórmula indicada pelo CNJ para o cálculo do tamanho da amostra:

$$n = \frac{\sum_{i=1}^L N_i^2 p_i (1 - p_i) / w_i}{N^2 D + \sum_{i=1}^L N_i p_i (1 - p_i)}$$

em que pi é o parâmetro que se quer estimar, L é o número de estratos,

$$w_i = \frac{N_i}{N} \cdot w_i = \frac{N_i}{N}$$
$$D = \frac{B^2}{z_{\alpha}^2} \quad D = \frac{B^2}{z_{\alpha}^2}$$

sendo B o erro máximo desejado e z² o grau de confiança, N o tamanho total da população e Ni o tamanho da população no i-ésimo estrato.



Na foto de baixo, a equipe de servidores da Coordenadoria de Gestão Documental

Em cada lote de processos destinados à eliminação é retirada uma mostra representativa para guarda permanente, a fim de que sejam possíveis pesquisas futuras e verificação sobre como era e do que tratava a documentação eliminada. Para tal, é aplicada uma fórmula desenvolvida pelo CNJ. Esses processos não possuem relevância histórica, mas preservam o aspecto do universo de processos que foi destruído. Para se ter uma ideia do tamanho dessa mostra, para cada lote de 3 mil processos, preserva-se cerca de 100.

“A grande meta do Programa de Gestão Documental é tratar o acervo de processos, melhorando a administração do arquivo. É um trabalho de gerenciamento, para que um documento seja localizado a qualquer tempo. Para isso, a documentação precisa ser tratada e catalogada, a fim de que se guarde o que interessa e se elimine o que não tem valor, reduzindo custos e melhorando a administração. Nossa meta é eliminar 20 mil processos por mês ou duas toneladas,” diz o diretor da Diretoria de Planejamento e Normas (SPI 2), Fabio Pacheco Dutra.

Em 2014, o TJSP teve acento no Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), junto a Câmara Setorial para os arquivos do Judiciário.

A gestão documental já se preocupa com a eliminação do documento digital, que merecerá outra forma de descarte, tendo em vista estar ambientado em outro tipo de suporte. Os critérios de preservação e eliminação se manterão, mas a forma como será feita também ainda será definida conforme o avanço tecnológico futuro. Por essa razão, em abril, foi criado, pela Presidência, o Comitê de Estudos para Definição da Política de Gestão Documental Eletrônica no âmbito do Tribunal de Justiça, visando a racionalização do uso dos recursos tecnológicos e soluções a respeito da curadoria de documentos criados em ambiente digital, implantando instrumentos de gestão documental eletrônica.

Também compõem a coordenadoria Emerson Alessandro Gaudêncio (chefe de Seção Judiciário em exercício da SPI-2.1.1.1) e Maria Olivia Santos Sanches (escrevente Técnico Judiciário). O time de estagiários é formado por: Bruna Dias, Ana Caroline, Isabelle, Victor Augusto, Guilherme, Analy, Gustavo Vandoski, Matheus Debien, Renan Godoy, Jozie, Luciana, Geovanna, Julio, Julia, Gabriel, Ivonete, Letícia, Cícera, Ana Raquel, Anderson, Dayane, Natalia, Joaquim, Gustavo Monteiro, Isaac, Rafael, Lucas, Larissa, Vitória, Vinicius, Assuero, Thiale e Lorryane.

Preservação

Quando se guarda papel tem que se aprender a preservá-lo. A Coordenadoria de Gestão Documental possui um laboratório de preservação e recuperação documental. No laboratório, é feita limpeza, desmetalização e pequenas intervenções nos documentos. Sempre que um documento é recebido pela coordenadoria para guarda definitiva e se verifica que ele necessita de reparos quanto à sua conservação, ele é encaminhado ao laboratório. Processos

de qualquer unidade judicial ou administrativa, do arquivo e até da empresa terceirizada Iron Mountain/ Recall podem ser atendidos pelo laboratório da gestão documental. Mas, mesmo um documento que se encontra em trâmite no Tribunal pode ser encaminhado ao laboratório da coordenadoria para limpeza e reparos.

O laboratório foi criado em 2011 e tem à sua frente Ana Lúcia Del Vecchio de Souza, chefe da Seção de Preservação. Formada em História, Ana fez vários cursos de especialização na área de preservação documental. O setor possui também quatro estagiários.

“Nossa equipe faz trabalhos de conservação que envolvem pequenos reparos, como limpeza, eliminação de dobras, eliminação de ferrugem, desmetalização etc. O trabalho de restauro, que utiliza produtos químicos, ainda não é feito, mas existe planejamento para a implantação desse tipo de ação,” afirma Ana Lúcia.

A conservação de processos feita no laboratório também consiste em renovar costuras; trocar ferragens por prendedores plásticos; retirar todos os metais (grampos, colchetes, clips etc.); unir rasgos com fita própria; limpar com trincha (tipo de pincel); limpar com borracha; limpar com flanela seca; entrefolhar documentos, colocando folhas de papel seco, como papel mata borrão ou toalha, entre folhas molhadas; aplinar folhas dobradas, com “orelhas” ou amassadas, utilizando espátula de teflon e remover ferrugem com bisturi. Se existir o risco da limpeza causar mais dano ao documento, ela não é feita. Nesses casos, faz-se o envelopamento do processo, que consiste em envelopar, com plásticos específicos, isolando-o para não entrar ar.

Os casos mais comuns tratados ali são de fungos, processos que entraram em contato com enchentes e rasgos. Existem processos cujo trabalho de preservação é finalizado em dez dias, em outros o trabalho dura em



Acima, trabalho de limpeza em processo, com remoção de ferrugem com bisturi. Abaixo, processo cuja capa recebeu reforço de papel japonês



torno de um mês. “Varia de acordo com o dano. Por exemplo: um processo que tem fungos demanda um tempo maior de trabalho, pois antes de se fazer a limpeza é necessário aplicar procedimentos de desinfestação. Ele terá todas as

folhas aspiradas, frente e verso, com equipamento próprio que possui filtro “Hepa”, depois se passará álcool e, somente após secar, se iniciará a limpeza,” diz Ana Lúcia.

Quando o processo não tem recuperação é feito laudo técnico



**Limpeza em documento com utilização de borracha.
Ação delicada para retirar impurezas adquiridas
no decorrer do tempo**

de perda total explicando o tipo de dano e o documento é encaminhado à CPAD, que decidirá se ele será eliminado ou guardado.

Na tarde em que a “Justiça SP” visitou o local, Vinícius e Assuero, dois estagiários, alunos da FMU que atuam no laboratório, trabalhavam na conservação do inventário do Brigadeiro Luís Antônio, processo aberto em 1819 e num processo cujo assunto versava sobre o Plano Collor, iniciado em 1992. Surpreendentemente, o processo do século XIX apresentava melhor estado de conservação. Ana explicou que a qualidade do papel antigo é superior, fazendo que o processo quase bicentenário esteja em melhor estado que o novo.

“Preservar processos históricos é preservar a memória, para que a população tenha

acesso à sua história, mantendo-a viva,” conta Vinícius, com orgulho do trabalho. Assuero ainda destaca: “Preserva-se o passado histórico, tanto o mais longínquo como o mais recente.” ■

Selo de Relevância

Em breve, será implantado, no âmbito de todo o Tribunal, o “Selo de Relevância do Tribunal de Justiça de São Paulo”, para afixação em documentos, processos judiciais ou administrativos, em tramitação ou arquivados, cujo assunto seja considerado de grande valor. A afixação do selo marcará o documento como de preservação permanente, facilitando o seu tratamento para fins de preservação da memória do TJSP. O processo poderá ser marcado já no momento de sua autuação. Por exemplo: se um funcionário, trabalhando no cartório, registrar a primeira ação relativa a uma questão jurídica que anteriormente não existia (a primeira solicitação de reconhecimento de homoafetividade conjugal, por exemplo) ao se aperceber disso, ele pode marcar esse processo com o Selo de Relevância, e assim o documento, após seu tramite judicial, será enviado à CPAD para se pronunciar quanto à inclusão no acervo da Reserva Técnica.

Equipe da Seção de Preservação: concentração e domínio de técnicas de manuseio de documentos antigos



Os bons resultados do Judiciário Eficiente



No 2º semestre de 2016, 1066 unidades judiciais receberam o Selo Ouro, 339 receberam o Selo Prata e 162 o Selo Bronze, superando expectativas

Texto: Dicler Antonio

Foto: Klaus Silva

O Programa Judiciário Eficiente é uma das ações que integram o novo modelo de gestão do TJSP. Para a secretária da Seplan (Secretaria de Planejamento Estratégico), Carmen Giadans, “além de premiar as unidades mais produtivas, o projeto propicia

coleta de informações que indicam à Administração como melhorar a estrutura das unidades, proporcionando melhores condições de trabalho a fim de que se alcance mais produtividade.”

O programa incentiva a melhora dos indicadores da Taxa de

Congestionamento – TC e também do Índice de Atendimento à Demanda – IAD (total de processos baixados em relação aos processos novos), das unidades judiciais, a fim de proporcionar prestação de serviço mais célere e eficiente e impulsionar o cumprimento das metas de



1066 unidades judiciais receberam o Selo Ouro, 339 receberam o Selo Prata e 162 o Selo Bronze.

De forma positiva, as unidades detentoras de selos formaram uma pirâmide invertida. A ponta da pirâmide tem um número alto de selos Ouro, depois diminui para selos Prata e a base apresenta quantidade ainda menor de selos Bronze.

O Judiciário Eficiente terá continuidade, pois cada edição corresponde ao período de um ano, com duas outorgas de selos, uma a cada seis meses. Em novas edições, a lista de unidades detentoras de selo pode mudar. Algumas que possuem selo Prata ou Bronze poderão adquirir o selo Ouro e algumas que têm o selo Ouro poderão perdê-lo.

Desde sua implantação, o programa tem incentivado o saneamento da base de dados das unidades, corrigindo inconsistências, pois se acentuou a preocupação das unidades em melhorarem e manterem sua base de dados alinhada com a real situação do cartório. Esse saneamento ajudou na queda na Taxa de Congestionamento do Tribunal.

O diretor da Seplan, Rodrigo Teixeira, salienta que a inconsistência da base de dados já havia sido diagnosticada em trabalho conjunto desenvolvido pela Presidência, Corregedoria Geral da Justiça, Seplan e Secretaria da Primeira Instância (SPI). O sistema de leitura de informações *Business Intelligence* (BI), indicava que os dados apontados no SAJ, no que se refere ao acervo, por vezes, não coincidiam com a real situação dos cartórios (por exemplo: processos sem baixa, mas que já haviam sido encaminhados para arquivo ou enviados a instâncias superiores).

O Programa

A Presidência do Tribunal de Justiça publicou, em agosto de 2016, portaria que institui o Programa Judiciário Eficiente. O objetivo é incentivar e reconhecer a melhora na produtividade das unidades judiciais e administrativas, na busca constante de celeridade e qualidade

no serviço que prestam à população, além de priorizar o 1º Grau. Os bons resultados que o programa pretende atingir afetarão a sociedade, advogados e agentes públicos que desempenham papel na prestação jurisdicional.

O Judiciário Eficiente também obedece aos parâmetros do Planejamento Estratégico do Tribunal; as metas anuais de produtividade do Poder Judiciário; e o Sistema de Estatística instituído pela Resolução 76/09 e pelo artigo 20 da Resolução 219/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O programa conta com dois eixos. O primeiro está voltado à redução da Taxa de Congestionamento – TC na tramitação dos processos. Ao final de cada semestre, as unidades judiciais que apresentarem as menores TCs receberão os “Selos Judiciário Eficiente – categoria Ouro, Prata ou Bronze.” Além disso, o programa distribuirá prêmios entre os servidores das unidades judiciais que receberem o “Certificado de Unidade Judicial Eficiente”, conferido àquelas que obtiverem dois selos Ouro consecutivos. A premiação será posteriormente regulamentada em ato próprio.

A entrega do “Selo Judiciário Eficiente” ocorrerá duas vezes por ano. Os percentuais exigidos para concessão variam de acordo com a competência da unidade: cíveis, criminais, cumulativas (todas as unidades que possuem mais de uma competência) e juizados (excluídos os processos de Execução Fiscal). A extração dos quantitativos é realizada mediante o uso da ferramenta *Business Intelligence* (BI), já parametrizada de acordo com definições estabelecidas pelo CNJ. Para que as unidades possam acompanhar seu desempenho em relação à média do Estado, a Seplan envia, bimestralmente, boletins estatísticos de produtividade.

O segundo eixo busca aprimorar os principais processos de trabalho na área administrativa. Por exemplo: aquisição de bens

produtividade estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

No início de junho, foram divulgadas as unidades judiciais que atingiram as metas de redução de congestionamento estipuladas pelo projeto, no período correspondente ao 2º semestre de 2016. No total,

Programa Judiciário Eficiente



Selos Judiciário Eficiente – categoria Ouro, Prata ou Bronze

e serviços mais rápida, gestão de contratos mais dinâmica etc. Os setores administrativos que obtiverem resultados positivos receberão certificado de reconhecimento pelo trabalho.

Taxa de Congestionamento

A redução da Taxa de Congestionamento é meta da Presidência do Tribunal. A TC aponta a relação entre os processos que tramitaram em um período e quantos foram baixados. Por exemplo: se em uma unidade "A" tramitaram 100 processos em um período e 60 foram baixados, esta unidade tem, portanto, 40 processos ainda em andamento, ou uma Taxa de Congestionamento de 40%. Quanto menor a TC, melhor a produtividade da unidade. A Taxa de Congestionamento é obtida pela fórmula:

$$TC = \frac{\text{casos pendentes}}{\text{casos pendentes} + \text{total de processos baixados}} \times 100$$

São considerados "casos pendentes" aqueles que não tiveram movimentação de baixa ou que, anteriormente baixados, voltaram a tramitar. Já os "casos baixados" são aqueles remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; remetidos para as instâncias superiores ou arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas: as remessas para cumprimento de diligências; entregas para carga/vista; suspensões; os arquivamentos provisórios e sobrestamentos. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro será considerado.

Recorde de produtividade

Novo recorde de produtividade obtido pelo TJSP em agosto de 2016 foi notícia no jornal Folha de S.Paulo. A coluna da jornalista Mônica Bergamo

No segundo semestre de 2016, a Taxa de Congestionamento média do Tribunal foi de 66,2% e o Índice de Atendimento à Demanda foi de 103,6%.

A Região Administrativa Judiciária (RAJ) que obteve a menor TC foi a de Araçatuba (58,3%) e a que obteve o maior IAD foi Bauru (112,4%).

As unidades que registraram as menores TCs por competência foram:

Juizado Especial: Vara do Juizado Especial de Pinheiros, Capital – 5,6%;

Cível: Vara da Infância e da Juventude de Pinheiros, Capital – 6,0%;

Cumulativa: Vara das Ex. Criminais e Inf. e Juventude de Itapetininga – 18,9%;

Criminal: 2ª Vara Criminal de São Miguel Paulista – 26,7%.

mostrou que com os 376.271 processos baixados na fase de conhecimento o Tribunal superou a própria marca anterior em 24,6%, alcançada em junho de 2016. A comparação se torna ainda mais expressiva em relação a agosto de 2015, com um crescimento de 51%. O extraordinário resultado em agosto coincide com o lançamento do Programa Judiciário Eficiente.

Encontro Nacional de Boas Práticas

Entre 19 e 20 de abril, o Tribunal de Justiça de São Paulo participou do “Encontro Nacional de Boas Práticas-Missão Humaitá,” no Tribunal de Justiça da Bahia, promovido pela Rede Nacional de Governança da Justiça Estadual, reunindo representantes de 22 tribunais estaduais do Brasil. O encontro foi constituído de apresentações sobre temas específicos, que depois foram debatidos em Mesas e em exposição de painéis. Durante dois dias se discutiu os seguintes

temas: Monitoramento das Metas Nacionais; Gestão da Estratégia; Premiação e Reconhecimento; Processo Judicial Eletrônico; Impulso às Execuções Fiscais e Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher.

Representado pela juíza assessora da Corregedoria Geral da Justiça, Ana Rita de Figueiredo Nery e pelo diretor da Seplan, Rodrigo Teixeira, o TJSP apresentou painel sobre o Programa Judiciário Eficiente, relacionado com o tema *Monitoramento de Metas*.

Segundo Eixo

O segundo eixo do Programa Judiciário Eficiente está voltado aos processos de trabalho das unidades administrativas que geram produtos ou serviços, os quais apoiam a área-fim do TJSP. Ao final, serão entregues Certificados de Excelência como reconhecimento a processos de trabalho bons, adequados e eficientes.

Inicialmente, o Judiciário Eficiente abarcou a Secretaria de Abastecimento. Foram elencados três processos de trabalho: aquisição de bens e serviços, gestão de contratos e propostas orçamentárias setoriais. Por meio de reuniões de trabalho com as equipes das Secretarias de Abastecimento (SAB) e de Planejamento Estratégico (Seplan), em 2016, sob a coordenação do juiz assessor da Presidência Sylvio Ribeiro de Souza Neto, foram definidas as metas iniciais do processo “Aquisição de Bens e Serviços”: reduzir o tempo médio de licitação e regulamentar o processo digital de compras públicas na SAB.

Atualmente, o processo de aquisição de bens e serviços já foi redesenhado, com a inclusão de melhorias que visam incrementar os serviços prestados. Tais inovações formataram projetos, cujas implantações estão em desenvolvimento. ■

Presidente Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, acompanhado pelo juiz assessor Sylvio Ribeiro de Souza Neto, ao lado de Adriano Pizzolato, secretário da Secretaria de Abastecimento (SAB) e funcionários



Há razões para acreditar

Campanha do TJSP busca diálogo mais próximo com o cidadão

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE SÃO PAULO
MISSÃO

RESOLVER CONFLITOS DA SOCIEDADE

GARANTIR OS DIREITOS DE TODOS

Promover **paz, equidade e justiça social**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
S P
3 DE FEVEREIRO DE 1974

A Justiça próxima do cidadão

Acredite em quem faz a Justiça TJSP

Texto: Valéria Vieira
Arte: Jenifer Yoko

Com o crescimento das redes sociais e o acesso mais fácil à internet, o vídeo hoje é uma ferramenta indispensável de comunicação. Milhares de vídeos são postados e compartilhados diariamente em diversas plataformas e vêm se tornando uma das formas mais eficazes de divulgar informações, ensinar, comunicar, entreter etc. Pensando nisso, o Tribunal de Justiça de São Paulo, que tem como uma de suas metas primordiais o diálogo mais próximo com a sociedade, lançou em março a campanha **Razões para Acreditar**, composta de cinco vídeos de 30' e peças

impresas que apresentam dados do Poder Judiciário paulista.

A iniciativa busca levar ao conhecimento do cidadão os serviços oferecidos pela Justiça estadual e prestar informações sobre a maior Corte de Justiça do País. Cada vídeo aborda um tema diferente e utiliza números, dados e animações para informar de forma clara, simples e objetiva.

O material da campanha explica a função de cada um dos atores do sistema de Justiça: advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, juízes, desembargadores e servidores; apresenta dados referentes à atuação do Judiciário paulista como, por exemplo, os 25 milhões de processos atendidos por 43 mil servidores;

aborda o incentivo à utilização dos métodos alternativos de soluções de litígios – mediação e conciliação – para resolução de conflitos, que atualmente conta com mais de 220 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) em todo o Estado; ilustra os tipos de questões nas quais o cidadão pode acionar a Justiça, como adoção, direito ambiental e violência doméstica; além de apresentar de forma sucinta a missão do Tribunal de Justiça, que tem como objetivo resolver os conflitos da sociedade e preservar os direitos de todos.

Os vídeos, que já contam com mais de 3,7 mil visualizações no YouTube e 11,7 mil visualizações

VOCÊ CONHECE O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO** ?

25.000.000 PROCESSOS

35% DOS PROCESSOS DO BRASIL

2.600 MAGISTRADOS

43.000 SERVIDORES

UM DOS MAIORES TRIBUNAIS DO MUNDO

TJSP A Justiça próxima do cidadão

QUANDO ACIONAR A **JUSTIÇA ESTADUAL** ?

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

DIREITO AMBIENTAL

ADOÇÃO

CONFLITOS CONTRATUAIS

DIREITO DO CONSUMIDOR

CASOS DE FAMÍLIA

TJSP A Justiça próxima do cidadão

VOCÊ CONHECE A **JUSTIÇA ESTADUAL** ?

ADVOGADO DEFENSOR PÚBLICO REPRESENTAM O CIDADÃO

PROMOTOR PROCURADOR FISCALIZAM A APLICAÇÃO DA LEI

JUIZ JULGA NA 1ª INSTÂNCIA

DESEMBARGADOR JULGA OS RECURSOS NA 2ª INSTÂNCIA

SERVIDORES JUDICIAIS ADMINISTRAM OS PROCESSOS

Por um judiciário eficiente

TJSP A Justiça próxima do cidadão

no Facebook, estão disponíveis nas páginas do Tribunal – (<https://www.youtube.com/user/tjspoficial>) e (www.facebook.com/tjspoficial) – e podem ser acessados de qualquer dispositivo com acesso à internet.

O lançamento oficial da campanha aconteceu em 8 de março, durante a sessão do Órgão Especial, sendo transmitida pela internet simultaneamente. Na ocasião, o presidente Paulo Dimas de Bellis Mascaretti destacou a importância da campanha para uma prestação jurisdicional mais aprimorada. “O objetivo é mostrar o nosso Tribunal e como ele é importante na vida das pessoas. Almejamos o aprimoramento dos serviços e a busca da paz social, e contamos

com a colaboração de todos os magistrados e servidores. Há razões para acreditar no nosso Judiciário.”

Amplamente divulgada nos canais de comunicação do TJSP, a campanha foi destaque em matérias disponibilizadas no portal da internet (www.tjsp.jus.br) e em vídeos e publicações compartilhados nos perfis do Judiciário paulista no Facebook (www.facebook.com/tjspoficial), Twitter (www.twitter.com/tjspoficial) e Instagram (www.instagram.com/TJSPoficial).

O kit da campanha contendo as peças impressas e pendrive com os vídeos também foi apresentado e entregue aos presidentes dos TJs de 24 Estados e do Distrito Federal, durante o 110º Encontro do Conselho dos Tribunais

de Justiça (CTJ), que ocorreu em 16 e 17 de março, no salão nobre “Ministro Manoel Costa Manso”, no Palácio de Justiça. O Estado que quer fazer uso da campanha “Razões para Acreditar” tem somente a necessidade de adaptar os dados relativos à sua realidade.

A coordenadora de Marketing da Diretoria de Comunicação Social do TJSP, Carla Dazzi, há pouco tempo no Judiciário, baseou-se nas suas percepções para desenvolver a campanha. “Muitas pessoas, assim como eu, não conheciam as principais atividades da Justiça estadual. O objetivo foi exatamente contar de forma simples como ter acesso aos serviços do Judiciário”. ■

SAS em ação

A Secretaria da Área da Saúde – SAS realiza, periodicamente, programas direcionados aos cuidados com a saúde, estimulando nos servidores do Tribunal de Justiça a reflexão sobre a importância da prevenção e manutenção do bem-estar físico, mental e social.

Confira a programação para os meses de julho, agosto e setembro de 2017:

JULHO

Campanha de Vacinação Contra a Gripe: Imunização contra gripe de magistrados e servidores da Capital e do Interior;

Campanha de Detecção de Hepatite C: local e data a definir;

AGOSTO

Programa Saúde do Homem – Palestra e consultas: dia 10, no Gade 9 de Julho;

Programa “Dia Nacional de Combate ao fumo”: dia 29, local a definir;

Vamos Caminhar pela Saúde: local e data a definir.

Programa TJ/SAS Itinerante – Santos: data a definir;

SETEMBRO

Palestra “Prevenção do Suicídio” – Parceria com EJUS: dias 15 e 22, no Fórum João Mendes Júnior;

Programa “Cuide do seu Coração”: dia 29, no Gade 9 de Julho;

Programa “Quem Canta seus Males Espanta”: local e data a definir;

Programa Prevenir Odontológico II: local e data a definir;

Bike Tour: roteiro e data a definir;

Fique atento à programação!
Podem surgir novos eventos,
que serão sempre divulgados pela
Intranet/Internet/
Correio Eletrônico

Equipe responsável - SAS 1
(Diretoria de Assistência e Promoção de Saúde)

Justiça nas veias

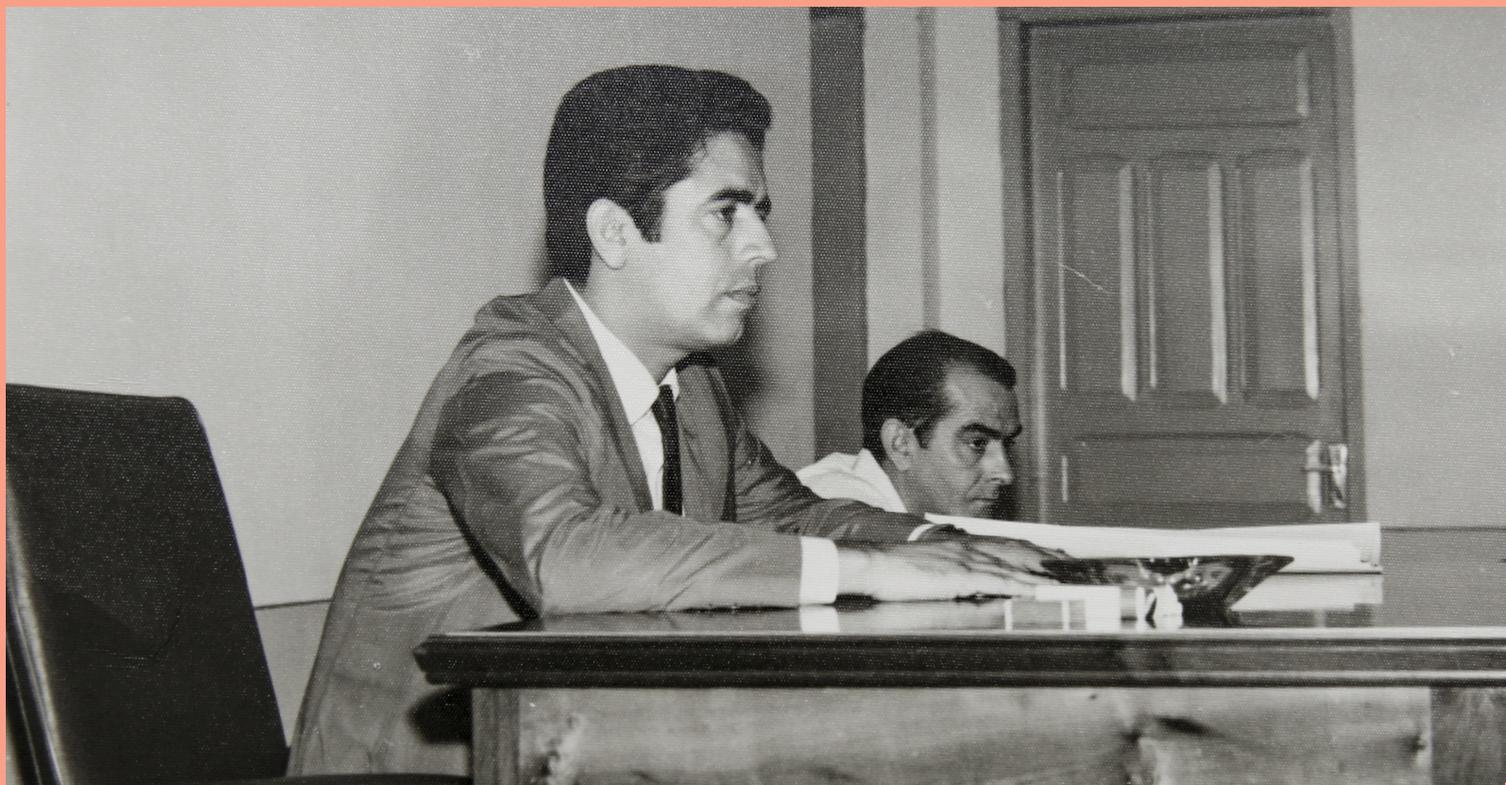


A juíza Paula Maria Castro Ribeiro Bressan, titular da 1ª Vara Cível de Jaú, ao lado do pai, o juiz aposentado Pedro Barbosa Ribeiro, que também foi titular da mesma vara, no mesmo fórum

Texto: *Dicler Antonio*
Fotos: *Antonio Carreta e acervo da família*

O prédio que hoje abriga o Fórum da Comarca de Jaú foi inaugurado em agosto de 1976. Na cerimônia de inauguração, presentes o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Gentil do Carmo Pinto, o secretário da Justiça, o prefeito, vários desembargadores e demais autoridades. A solenidade contou, ainda, com a presença de pessoas ilustres do município e a imprensa local. Também ali, os dois juízes responsáveis pela comarca: Rubens Moraes Salles e Pedro Barbosa Ribeiro. Este último, titular da 1ª Vara Cível de Jaú. Próxima dali, em sua casa, brincava a filha de Pedro Ribeiro, Paula Maria, menina que, nos anos que se seguiram, fez das dependências do fórum uma extensão lúdica de sua casa. Desde muito pequena, a filha





do magistrado já comunicava a todos que iria ser juíza, e foi ali, no fórum de Jaú, que a brincadeira de criança virou certeza de menina adolescente. Hoje, a juíza Paula Maria Castro Ribeiro Bressan, é titular da mesma 1ª Vara Cível ocupada pelo pai, e diretora do fórum.

Mas a história dessa família de magistrados não começa em Jaú. Pedro Ribeiro é natural de Campo Grande (MS), nascido em uma família humilde. Quando garoto, estudou no renomado Colégio Dom Bosco, da Capital mato-grossense, graças ao auxílio de um amigo da família, que custeou seus estudos por um tempo, e também devido a bolsas de estudo que o menino conseguiu devido a sua dedicação e notória capacidade. Na juventude, preparou-se para estudar Medicina em São Paulo, financiado pelo irmão mais velho. Mas, uma tragédia familiar impediu que o seu desejo se concretizasse. Dedicou-se, então, a carreira de jogador de futebol, tornando-se meia esquerda do Comercial de Campo Grande, vestindo a camisa 10. Como seu pai trabalhava na empresa Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, sediada em Bauru, transferiu-se para o time da cidade, o Noroeste. Pouco depois, ingressou na Faculdade de Direito do Instituto Toledo de Ensino (ITE), de Bauru. Para pagar a faculdade, largou o futebol e foi trabalhar como ferroviário junto com o pai, enquanto estudava à noite. Formou-se e atuou como advogado por muitos anos.

Já casado e com filhos, Pedro Ribeiro decidiu se tornar juiz e entrou na Magistratura no ano de 1967, aos 35 anos. Iniciou como juiz substituto em Tupã. Depois trabalhou em Bilac e São Manuel. Nessa época, nasceu Paula Maria. Em 1972, assumiu a 1ª Vara Cível de Jaú, onde fixou residência e ficou quase até se aposentar, em 1982. Além de advogado e juiz, foi professor de Direito em Bauru e Jaú.

“Desde pequena, meu pai falava que eu iria fazer Direito e eu peguei isso como verdade. Dizia para todos que iria ser juíza. Quando me falavam que não era possível uma mulher se tornar juíza, eu dizia que, quando fosse adulta, iria haver mulheres juízas,” conta Paula Maria Bressan. “Aprendi a ler folheando processos judiciais. Nunca pensei em ser outra coisa na vida. O Direito, antes de uma profissão e meio de vida, está

presente em minha vida como uma lembrança lúdica de infância.”

Paula Maria lembra que, aos três anos, sentava-se na bonita cadeira onde o pai trabalhava, no fórum, e falava que aquela cadeira ia ser dela. “Quando assumi aqui, como juíza substituta, coincidentemente, a cadeira ainda estava na vara que atuei. Foi nela que iniciei minha atuação aqui.”

Anos mais tarde, quando retornou a Jaú, Paula Maria assumiu a 1ª Vara Cível, que ainda se localizava na mesma sala que seu pai trabalhou e onde ela cresceu vendo-o atuar. “Reencontrei muitos funcionários que haviam trabalhado com meu pai e com quem convivi ainda criança. Foi a realização de um sonho,” relata a magistrada. “Cheguei a trabalhar em muitos processos que meu pai também atuou, principalmente inventários. Executei sentenças que ele proferiu. Dizem que somos muito parecidos na forma de trabalhar. Como aprendi muito com ele, tenho a redação parecida com a dele. Ele sempre foi muito presente durante meus anos de formação.”

A juíza se formou em Direito na ITE de Bauru, em 1991, e ingressou



na Magistratura em 1995. Iniciou em Andradina, depois trabalhou em Jaú, Barra Bonita, Valparaíso, Botucatu, até retornar a Jaú, onde completou dez anos de atuação em 16 de maio, mesmo tempo que seu pai atuou na comarca.

“Hoje, percebo que a vida de mulher juíza é muito mais difícil que a que meu pai vivenciou. Nós temos filhos, casa e marido para cuidar. Durante certo tempo cheguei a pensar que a maternidade e as atribuições de magistrada não poderiam caminhar juntas. Mudei de ideia,” conta Paula Maria.

“Tenho um filho de seis anos, Luiz Augusto. Ele também frequenta o fórum, é um ambiente que ele gosta, embora venha aqui muito menos do que eu, quando criança. Contudo, confesso que não desejo que ele siga a carreira de juiz. É uma profissão sofrida. Antigamente, éramos respeitados,

tidos como referências de ética e coesão. Mas, a população mudou seu olhar em relação ao Poder Judiciário, inclusive para o primeiro grau. Aqui, em Jaú, a mudança não foi tão sentida devida a essa história familiar ocorrida no fórum, pois muita gente na cidade mantém para comigo o mesmo respeito e carinho que tinham para com meu pai. Aqui, também temos a história da juíza Daniela Almeida Prado Ninno, da 3ª Vara Cível, cujo avô era titular do Cartório de Registro Civil.”

Sobre a cidade em que cresceu e que, há dez anos, é magistrada, Paula Maria diz que mudou muito. “Não havia tantas usinas de açúcar como hoje. A indústria do calçado estava ‘engatinhando’. O forte da região era o café e a indústria de tecelagem, devido à fábrica da Camargo Correia, que hoje não está mais aqui. Mas, ainda é uma cidade pacífica e tranquila.” ■

Prédio do fórum da Comarca de Jaú hoje e, em destaque, recorte de jornal com foto do prédio no dia de sua inauguração, em 1976



Numopede: auxílio na gestão da Justiça paulista



Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas analisa fenômenos como demandas repetitivas, distribuição em massa e grandes litigantes

Texto: *Guilherme Amorim*

Fotos: *EPM*

A informatização do Tribunal de Justiça de São Paulo permite a criação de iniciativas como o Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas (Numopede), lançado pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) no ano passado, sob a liderança do corregedor-geral da Justiça, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças. O grupo utiliza o banco de dados do TJSP para verificar qual o perfil das demandas que ingressam no Judiciário, analisar denúncias, definir estratégias e propor recomendações aos juízes. É mais um passo na constante racionalização, modernização e padronização do sistema de Justiça paulista.

O Numopede tem três enfoques: as demandas de massa, os grandes litigantes e o uso abusivo ou indevido do Judiciário. As pesquisas realizadas pelo grupo são capazes de identificar com precisão gargalos de produtividade, tentativas de uso predatório da Justiça e fraudes. Como exemplo,

o núcleo apurou que um único advogado foi responsável por 33,7% da distribuição de cada vara cível da Comarca de Ribeirão Preto em julho de 2016, número que saltou para 38,5% em setembro do mesmo ano.

“Nosso objetivo é contribuir para que as atividades sejam conduzidas da melhor forma possível, com base em racionalização, economia processual e conhecimento sobre as demandas, para que não sejamos vítimas do sistema e, sim, protagonistas”, explica a juíza assessora da CGJ Renata Mota Maciel Madeira Dezem.

O Núcleo centraliza as informações sobre distribuição de ações, perfis de demandas e práticas fraudulentas reiteradas, e seleciona as melhores estratégias para enfrentar os respectivos problemas.

Os estudos do Numopede são feitos a partir de sugestões dos próprios juízes. Os magistrados podem encaminhar informações afetas à atuação do grupo pelo e-mail numopede@tjsp.jus.br.

Dessa forma, a equipe pode identificar problemas e questionamentos que são comuns a diferentes localidades.

No relatório de atividades do primeiro trimestre de 2017, o Numopede informa que analisou um grande número de processos com indícios de manipulação das informações que deveriam constar em documentos supostamente expedidos por Serasa e Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC). As conclusões do núcleo resultaram no Comunicado CG nº 1.046/17, que contém orientações aos magistrados que se depararem com casos parecidos. Outro grupo de denúncias analisadas diz respeito à comunicação de acordos judiciais para fins de pagamento de honorários aos patronos da parte autora em situações em que a ação já foi julgada improcedente.

Para combater fraudes que envolvem o Serasa, o Numopede recomenda, como boa prática,



Corregedor-geral da Justiça, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, ao lado das juízas Maria Rita Rebello Pinho Dias e Ana Rita de Figueiredo Nery, durante o workshop sobre o controle e monitoramento de litígios, realizado em maio na Escola Paulista da Magistratura (EPM)

recorrer ao convênio do TJSP com Serasa e SCPC para aferir a veracidade do documento juntado, bem como outras elencadas no relatório de atividades. O documento informou também o andamento do projeto "Instituições Financeiras em Juízo", que busca promover a interlocução entre empresas e o Poder Judiciário em relação a demandas repetitivas. Em curto espaço de tempo foi identificada redução de 13% do acervo de ações atacado pelo projeto.

Outra iniciativa do grupo no primeiro trimestre deste ano foi começar estudo sobre a judicialização da saúde, de forma a contribuir para melhor gestão de tais conflitos pelo Poder Judiciário e prover os magistrados com informações relevantes.

Já o primeiro relatório do grupo, referente ao último trimestre de 2016, período de início das atividades do Núcleo, tratou de temas como ações envolvendo o seguro DPVAT, realização de cirurgias para colocação de próteses, e outras.

Os estudos sobre ações envolvendo DPVAT resultou na divulgação de boas práticas para o controle de prevenção e identificação de pagamentos administrativos ou judiciais já realizados, como a solicitação para que o autor indique seu número de CPF, atenção para a instrução da inicial com documentos como boletim de ocorrência e eventual laudo do IML, e a realização da oitiva da parte autora.

Nos casos de cirurgias para colocação de próteses, apuração do Numopede constatou a existência

de 120 ações para realização de cirurgias em razão de hérnias de disco bastante semelhantes. Foi detectada coincidência entre pedidos formulados, advogados patrocinadores e os médicos solicitantes de materiais específicos, fornecidos por empresas situadas no mesmo endereço. Em razão desse estudo, a CGJ publicou o Comunicado nº 1857/16, recomendando cautela no processamento de ações similares, destacando-se a importância da realização prévia da perícia judicial como medida para respaldar julgamento quanto à necessidade da cirurgia. Encaminhou-se, ainda, cópias do relatório realizado para o Cremesp, o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, para ciência e providências cabíveis. ■

JUSTIÇA

Personificada pela deusa Thêmis
Traz na mão direita a espada e na esquerda a balança
Está presente em todas as épocas
Exsurge por meio da sentença

Nos Dez Mandamentos da Lei de Deus, com seu não matarás
Também no Código de Hamurabi, com seu olho por olho dente por dente
No Levítico, com sua Lei dos Sacerdotes das 12 Tribos de Israel
E no Direito Romano, com sua Lei das Doze Tábuas

É a razão de ser dos fóruns e tribunais
Emana do carimbo, da caneta, da máquina e do martelo
Por mais nobre que seja a lei e o direito
Não existe sem processo

O seu pilar é o esmero do serventuário
A dedicação da funcionária
Também a beca do advogado
E a toga do magistrado

Na sua aplicação exige isenção e imparcialidade
Sociedade sem Justiça é ilusão
Impensável nascer a civilização
Embora cega mostra a luz

Felizes os que bebem dela
Sofrem por ela
Mas não se iludam!
Na sua distribuição, sem amor não tem valor

Sou juiz de direito há 38 anos. De carreira. Atualmente exercendo o cargo de desembargador. Antes, fui delegado de polícia e advogado. Também me aventurei como professor universitário, palestrante e escritor. A importância da justiça no mundo dispensa comentários. Tanto que a palavra é citada duas vezes no Sermão da Montanha de Nosso Senhor Jesus Cristo. A justiça emanada, exsurge, no entanto, por meio das pessoas, mais precisamente aquelas que compõem o Poder Judiciário. Este poema visa ressaltar a deusa Thêmis, símbolo da justiça, a própria justiça e aqueles que lutam e sofrem por ela. (Luiz Augusto de Salles Vieira)



Arcadas: 190 anos formando a Justiça brasileira

Texto: Dicler Antonio

Fotos: Internet



No próximo mês de agosto, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, também conhecida como Faculdade de Direito do Largo São Francisco, ou ainda, "Arcadas" (em alusão à sua arquitetura) completará 190 anos. Uma das mais importantes faculdades do País e referência no curso de Direito, ela está relacionada com importantes momentos históricos do Brasil. Ali se formaram alunos notórios que fizeram parte de

movimentos políticos, presidentes, artistas, juristas e magistrados.

O Largo de São Francisco é considerado um dos principais conjuntos de arquitetura barroca da cidade de São Paulo. Nele estão localizadas, além da Faculdade de Direito, a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), a Igreja São Francisco e a Igreja da Ordem Terceira da Penitência.

Em 1640, no local que pertencia a uma pequena fazenda, instalou-se o Convento de São Francisco, dando origem a um dos mais antigos conjuntos da arquitetura



religiosa da cidade de São Paulo. Por volta de 1800, o terreno em frente ao convento era chamado de "Largo do Capim", devido à grande quantidade dessa erva no local. A partir de 1828, as instalações do convento foram ocupadas pela Faculdade de Direito e o terreno em frente passou a ser chamado de "Largo do Curso Jurídico".

A partir de meados do século XIX, o largo passou a ser chamado pelo seu nome atual: Largo de São Francisco. O Convento, de arquitetura barroca, foi demolido em 1930 e se ergueu no lugar novas instalações da Faculdade de Direito, construídas no estilo neocolonial.

A Faculdade de Direito, a mais antiga instituição do gênero no Brasil – juntamente com a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco – deve sua origem a um decreto imperial assinado em agosto de 1827. A Carta de Lei assinada por D. Pedro I criou os dois primeiros "Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais" no

Brasil, um instalado no convento de São Francisco, na cidade de São Paulo, e outro na Basílica e Mosteiro de São Bento, em Olinda, Pernambuco. Com o intuito de formar governantes e administradores públicos, cada curso durava cinco anos, resultando no grau de bacharel, havendo a possibilidade de prosseguir ao grau de doutor. Chamado simplesmente "curso jurídico", teve sua aula inaugural em São Paulo no dia 1º de março de 1828, pouco antes do curso de Olinda.

Desde sua fundação, a Faculdade de Direito pertenceu ao Governo Central, passando do monárquico ao republicano e, em agosto de 1934, foi incorporada à Universidade de São Paulo, por Getúlio Vargas. O termo "Academia" foi oficialmente incorporado ao nome da Instituição, a partir do Decreto-lei de 7 de novembro de 1831, mas foi só em 1854 que o nome oficial "Faculdade de Direito da Cidade de São Paulo" começou a ser usado.

Dali emergiram nove presidentes

da República. Desde o primeiro presidente civil eleito por meio do voto direto no Brasil, Prudente de Moraes, que assumiu o cargo em 1894, até o atual presidente, Michel Temer, eleito após Dilma Rousseff ser destituída do cargo, em de agosto de 2016. Além disso, diversos governadores, prefeitos e outras figuras importantes na história do Brasil formaram-se nas "Arcadas". Alunos como Joaquim Nabuco, Pimenta Bueno, Bernardino de Campos, Affonso Penna, Campos Salles, Júlio Prestes, Delfim Moreira, Rodrigues Alves, Wenceslau Braz, Arthur Bernardes, Washington Luiz, Nereu Ramos, Jânio Quadros, Franco Montoro e Ulysses Guimarães.

O surgimento da Faculdade também trouxe para São Paulo enorme efervescência cultural. Inúmeros escritores de renome e movimentos culturais ali surgiram, tais como: Álvares de Azevedo, Castro Alves, José de Alencar, Monteiro Lobato, Oswald de Andrade e Nelson Pereira dos Santos.





Antigo prédio histórico, outrora Convento de São Francisco, que abrigou a Academia de Direito em cumprimento à Carta de Lei assinada por D. Pedro I, em 1827

Em 1903, foi fundada a entidade estudantil mais tradicional e antiga do Brasil. O Centro Acadêmico XI de Agosto é a entidade máxima de representação dos estudantes e um órgão ativo nas transformações políticas e sociais do País. Em 106 anos de existência, o XI de Agosto foi palco de diversas conquistas, como o sufrágio feminino e o voto secreto, e envolveu-se em várias campanhas, como "O Petróleo é Nosso", "Diretas Já" e "Sou da Paz".

Das Arcadas também vieram figuram ilustres do Poder Judiciário paulista e brasileiro. Ali se formaram ministros de tribunais superiores, procuradores, promotores, juristas e grandes advogados. O Tribunal de Justiça de São Paulo deve a essa instituição a formação de inúmeros magistrados que marcaram a história da Justiça bandeirante.

A seguir, mensagens homenagens de alguns desembargadores e juizes que compõem hoje os quadros do Tribunal de Justiça e que tiveram sua graduação na Faculdade de Direito do Largo São Francisco:

"Anos incríveis. Na faculdade do Direito e da vida, me forjei como homem e cidadão. Aprendi a importância da boa política como a arte do diálogo pelo bem comum, e o valor da democracia. Lições que levei para toda vida e que inspiram minha trajetória pessoal e profissional.

Talvez a melhor síntese dessas memórias esteja na velha trova que aqui reproduzo:

Memórias da São Francisco,

Que eu canto com coração,

Em cada canto do Largo,

Eu largo meu coração."

(Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, presidente do TJSP)

"Magia. Já decorridos mais de dezoito mil dias dos primeiros passos pelo pátio das Arcadas e cá estou envolvido no mesmo clima de entusiasmo de então. Passado, presente e futuro unidos. Só pode ser magia."

(Desembargador Luiz Antonio de Godoy, presidente da Seção de Direito Privado)

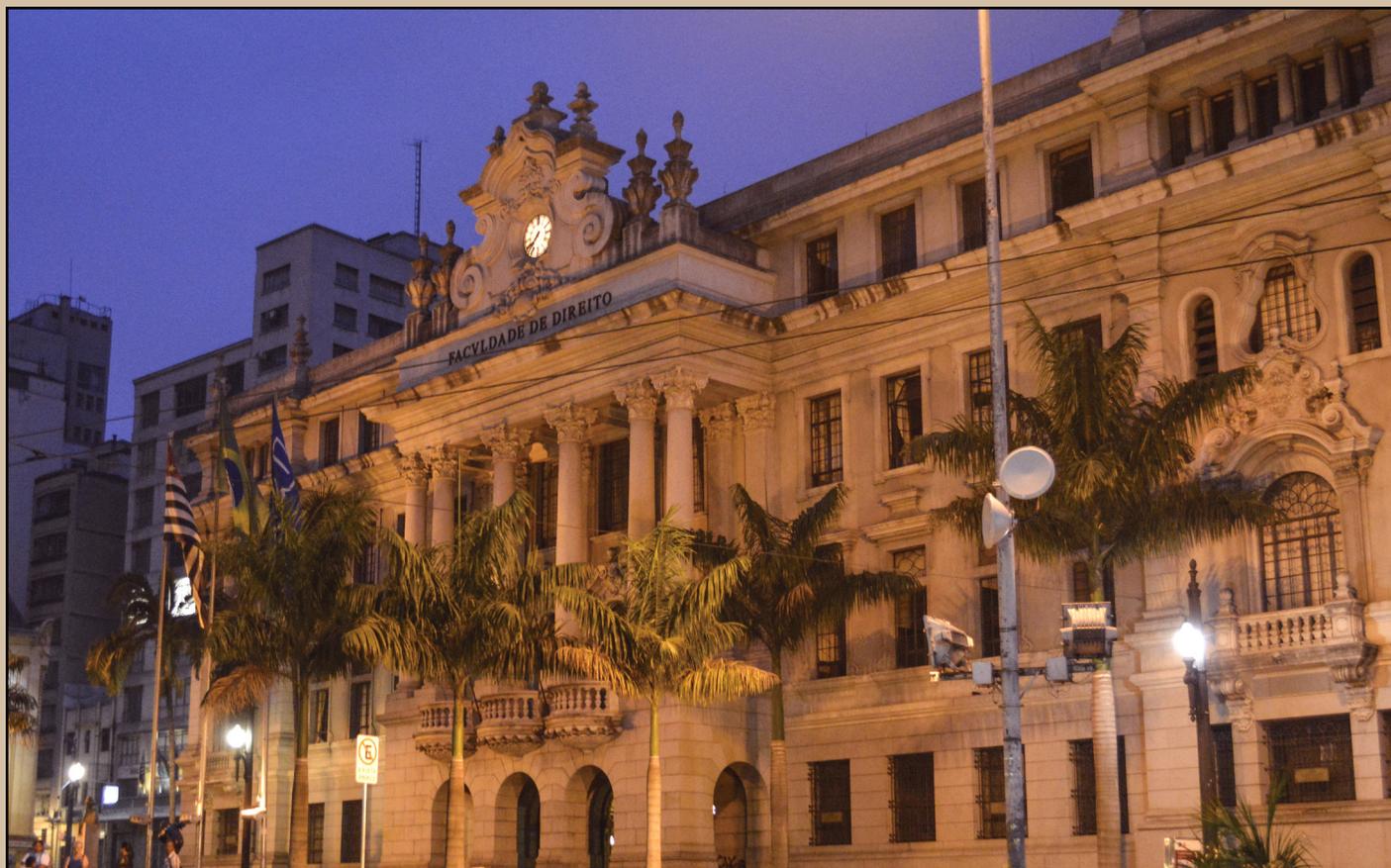


Atual prédio da Faculdade de Direito, construção em estilo neocolonial que substituiu o antigo convento quando de sua demolição, em 1930

Monumento construído em 1920 pelo escultor sueco Willian Zadig, a estátua do Idílio (Beijo Eterno) representa o amor entre uma indígena e um europeu. A obra foi encomendada pelo Centro Acadêmico XI de Agosto para homenagear o poeta Olavo Bilac.

Disposta no Largo São Francisco, a estátua foi transferida para o Largo do Cambuci, em 1956. Depois, chegou a ir para o depósito da Prefeitura e também esteve em frente ao túnel Nove de Julho, até que, na década de 70, após mobilização dos alunos da faculdade, retornou ao Largo São Francisco.





A Faculdade de Direito foi a primeira entidade a ser incorporada à Universidade de São Paulo (USP) na fundação desta, em 1934. Em 2002, o conjunto arquitetônico foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquelógico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat)

"Era 1981. O sentimento de estar pela primeira vez nas Arcadas da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. A formatura em 1985, comemorada já com sentimento de nostalgia. Hoje, a emoção em todas as visitas. Agora compreendo o significado de ter meu coração largado em cada canto do Largo."

(Desembargadora Christine Santini)

"Ouvia falar do Largo São Francisco como o patamar máximo do Direito do Brasil – e ouvia, extasiado, sobre os juristas e políticos que por lá passaram e fizeram história. Passados 37 anos de minha formatura, e lá de dentro tendo acompanhado os primeiros passos da redemocratização do Brasil, inclusive a Carta aos Brasileiros do inesquecível Mestre Gofredo, só posso agradecer a honra de ter pisado por anos em seu solo sagrado. Saber-me pequeno diante do que as Arcadas significam, mas sentir-me grande, muito grande, por ter sido um de seus alunos. Que venham outros 190 anos!"

(Desembargador Claudio Antonio Soares Levada)

"Quando prestei vestibular para Direito, eu tinha apenas 16 anos. Em 1976, iniciei meu curso na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Muito tempo depois de formada, voltei à Faculdade para cursar mestrado e doutorado em Processo Civil. Quando fui buscar meu diploma do doutorado, me despedi, percorrendo toda a Faculdade com um sentimento de agradecimento e amor, pois a ela devo tudo o que sou e espero, com a minha carreira no Ministério Público e no Poder Judiciário, ter retribuído a ela tudo o que dela recebi."

(Desembargadora Ana de Lourdes Coutinho Silva da Fonseca)

"Três gerações de minha família tiveram a honra de concluir o Curso de Direito na velha Academia do Largo de São Francisco, chão sagrado dos paulistas e berço dos valores e princípios mais caros da Nacionalidade, onde pontificaram, ao longo do tempo, os mais conceituados Mestres de Direito. Por eles, pelas lições recebidas, pelo reconhecimento do respeito à dignidade do Homem e das Instituições, tributo minha homenagem a todos aqueles que, ao longo dos 190 anos de sua fundação, dedicaram suas vidas à tutela do bem comum e à difusão do Ensino Jurídico."

(Desembargador Márcio Martins Bonilha Filho)

"Das Arcadas de tantos louros, berço secular de notáveis juristas, protrai-se no tempo marco histórico, ora rememorado em perene comemoração. Trata-se do dia 8 de agosto de 1977, quando, no âmbito dos festejos oficiais do sesquicentenário da criação dos cursos jurídicos no Brasil, Goffredo da Silva Telles Junior anunciou a "Carta aos Brasileiros". Do pátio de nossa escola, deu-se o brado contra a força e a censura em contraponto ao arbítrio instalado em raias de totalitarismo de triste memória. O retorno ao Estado de Direito era imprescindível e urgente. 190 anos de glória!"

(Desembargador Sérgio Rui da Fonseca)

"Lembro do meu primeiro dia de aula como se fosse ontem. Um caminho totalmente desconhecido a ser trilhado e todo o meu futuro pela frente... Vivi anos fantásticos na faculdade, que relembro com muito carinho e saudades. Conheci ótimos amigos, que levo sempre ao meu lado, inclusive o meu parceiro de vida, com quem tenho 3 filhos. Sou eternamente grata à São Francisco e desejo a essa instituição que continue tendo esse ambiente jovem, desafiador, formador de conhecimentos, de debates independentes, indispensáveis para a formação de novas gerações de brasileiros atuantes na sociedade!"

(Juíza Maria Rita Rebello Pinho Dias)





No salão nobre da Faculdade de Direito são realizados grandes eventos da Justiça paulista e da USP, como refeições de grau

"Impossível lembrar-se da Academia sem deixar escapar um grande sorriso. Naquele microcosmo encontrei pessoas maravilhosas, amigadas que perduram até hoje, ri muito, chorei, dei o primeiro beijo na mulher da minha vida, sofri derrotas dolorosas e vitórias embriagantes. Conheci professores que moldaram minha forma de ver o Direito. Lembro-me do último dia de Arcadas. Um sentimento compartilhado por homens e mulheres que, independente

do rumo que seguiram, nunca esquecerão que na Faculdade sempre nos sentimos com vinte anos de idade."

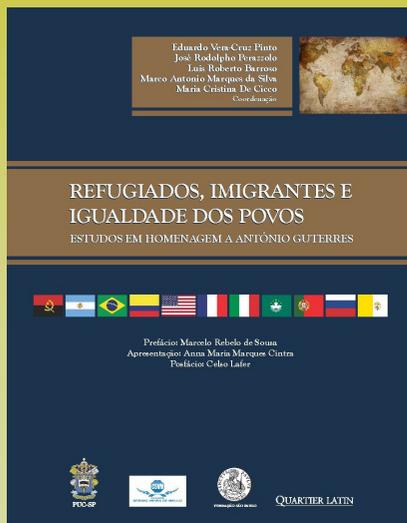
(Juiz Leandro Galluzzi dos Santos)

"À gloriosa academia, cujas arcadas sempre foram palco de concretização dos ideais de liberdade e justiça, nossas homenagens."

(Juiz Daniel Issler)

"Misto de sensações e lembranças. Esta é minha história com as Arcadas. Há vinte anos entrei e nunca mais saí. O conceito de Justiça é fluído. Humildade e sabedoria o definem. Esta é a lição que aprendi e, hoje, ao se dividir, renasce. Ciclos."

(Juiz Marcus Vinicius Kiyoshi Onodera) ■



Refugiados, Imigrantes e Igualdade dos Povos – Estudos em homenagem a António Guterres (Editora Quartier Latin)

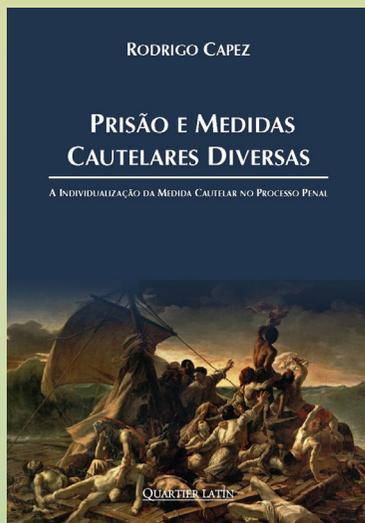
Lançada em maio, na Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), a obra contou com a colaboração de diversas universidades e entidades nacionais e estrangeiras, com autores de onze países, quatro continentes e em cinco idiomas, dentre eles magistrados paulistas. Com tema atual e prefácio de Marcelo Rebelo de Souza (presidente da República de Portugal), apresentação de Anna Maria Marques Cintra (reitora da PUC/SP 2013-2016) e posfácio de Celso Lafer (professor emérito do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo), a obra homenageia António Guterres, engenheiro, político português e o nono secretário-geral da Organização das Nações Unidas, com início dos trabalhos em 1º de janeiro e mandato de cinco anos. Guterres exerceu o cargo de alto comissário das Nações Unidas para os Refugiados de 2005 a 2015.

Eduardo Vera-Cruz Pinto, José Rodolpho Perazzolo, Luís Roberto Barroso, Marco Antonio Marques da Silva, Maria Cristina De Cicco (coordenadores)

Prisão e medidas cautelares diversas: a individualização da medida cautelar no processo penal (Editora Quartier Latin)

O sistema de medidas cautelares pessoais no processo penal não mais gravita em torno da prisão preventiva, uma vez que o legislador instituiu um rol de medidas cautelares menos gravosas, a ela alternativas. Nesse contexto, indaga o autor, como deve orientar-se racionalmente a escolha judicial da medida a ser aplicada ao caso concreto? A constitucionalidade de qualquer intervenção no direito fundamental de liberdade depende, essencialmente, de sua fundamentação constitucional, que é controlada a partir da proporcionalidade. A proporcionalidade, portanto, é a pedra angular do sistema de medidas cautelares pessoais. O autor examina o direito de liberdade e as normas fundamentais reitoras da intervenção estatal nesse direito. Além de sua profundidade teórica, a obra tem um viés prático importantíssimo: é um verdadeiro roteiro do bem decidir para os operadores do Direito, apresentando um método racional a ser observado pelo juiz para a imposição de uma medida cautelar, sempre à luz da mais atualizada jurisprudência do STF.

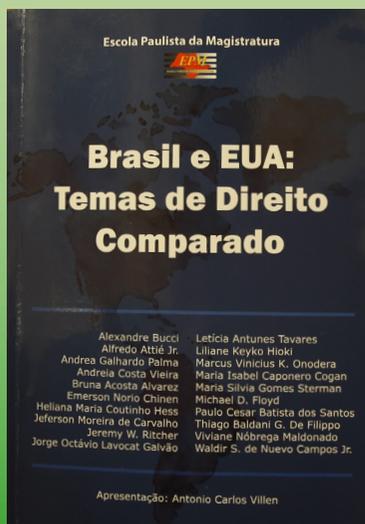
Rodrigo Capez (juiz auxiliar da Vice-Presidência do STF – Gab. ministro Dias Toffoli)



Brasil e EUA: Temas de Direito Comparado (Escola Paulista da Magistratura)

Segundo a apresentação do diretor da EPM, desembargador Antonio Carlos Villen, "o objetivo principal desta obra é, ao realçar a importância do estudo comparativo dos sistemas legais, oferecer ao leitor nova janela de reflexões e possíveis soluções para os problemas hoje enfrentados pelo Judiciário na busca de um novo modelo de justiça mais rápido, mais eficiente, e, enfim, mais justo para o cidadão". Colaboram com a obra Alexandre Bucci, Alfredo Attié Júnior, Andréa Galhardo Palma, Bruna Acosta Alvarez, Emerson Norio Chinen, Heliana Maria Coutinho Hess, Jeferson Moreira de Carvalho, Jeremy W. Ritcher, Jorge Octávio Lavocat Galvão, Leticia Antunes Tavares, Liliane Keyko Hioki, Marcus Vinicius Kiyoshi Onodera, Maria Isabel Caponero Cogan, Maria Silvia Gomes Sterman, Michael D. Floyd, Paulo Cesar Batista dos Santos, Thiago Baldani Gomes De Filippo, Viviane Nobrega Maldonado e Waldir S. de Nuevo Campos Jr.

Marcus Vinicius Kiyoshi Onodera e Thiago Baldani Gomes De Filippo (coordenadores)







Corpo Diretivo

Desembargador – Alexandre Alves Lazzarini
Juiz Substituto em 2º Grau – Antonio Carlos Alves Braga Júnior
Juíza Assessora da Presidência – Ana Paula Sampaio de Queiroz Bandeira Lins

Jornalista Responsável

Rosangela Sanches

Corpo Editorial

Rosangela Sanches
Maria Cecília Abatti Souza Cruz
Alexandre de Lima Marcusso
Helena Toshie Sato Yanase
Dicler Rodrigues Antonio

Corpo Técnico

Editor

Dicler Rodrigues Antonio

Reportagem

Dicler Rodrigues Antonio
Guilherme Fujimoto Amorim
Rosangela Sanches
Valéria Vieira da Silva

Fotografia

Antonio Carlos Carreta
Klaus Silva Pinto
Ricardo Braga Lou

Editoração Gráfica

Dicler Rodrigues Antonio

Revisão

Guilherme Fujimoto Amorim
Rosangela Sanches

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Presidente

Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti

Vice-Presidente

Desembargador Ademir de Carvalho Benedito

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças

Decano

Desembargador José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino

Presidente da Seção de Direito Privado

Desembargador Luiz Antonio de Godoy

Presidente da Seção de Direito Criminal

Desembargador Renato de Salles Abreu Filho

Presidente da Seção de Direito Público

Desembargador Ricardo Henry Marques Dip

Apoio técnico

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Fotos: Capa (Ricardo Lou); Seção Bem-estar (www.pixabay.com/running); Seção Imagens (Antonio Carreta); matérias: Justiça nas veias (Jornal Comércio do Jahu), Poema Justiça (www.adobestock.com), Arcadas: 190 anos formando a Justiça Brasileira (www.imagens.usp.br, www.jornaldocampus.usp.br, www.pinterest.com.br e wikipédia), o amor, a religião e a lei, no julgamento de Viviane (www.indiewire.com, www.themoviemylife.com, www.shaanig.com, www.thefilmexperience.com e www.242peliculasdespues.com); Ilustrações: Os bons resultados do Judiciário Eficiente (Mário C. Silva e Daniel Gaiciner)

Produzida por:

Secretaria da Presidência

Secretária Claudia Regina Busoli Braccio Franco Martins

SPR 6 - Diretoria de Comunicação Social

Palácio da Justiça - Praça da Sé, s/nº - CEP 01018-010 - São Paulo (SP) - 2º andar, Sala 212

Telefones: (11) 3117-2588 – imprensatj@tjsp.jus.br